

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: QUANDO O MAIS FÁCIL É O SILÊNCIO

SEX EDUCATION IN SCHOOLS: WHEN THE EASIEST THING IS SILENCE

Recebido em: 17/03/2023

Aceito em: 04/12/2023

Glauce Stumpf¹ 

Universidade UniLasalle

Marcos Rogério dos Santos Souza² 

Universidade UniLasalle

Denise Regina Quaresma da Silva³ 

Universidade UniLasalle

Resumo: A educação sexual é um tabu nas escolas. Não se fala diretamente, porém é extremamente presente no cotidiano escolar. Oficialmente no Brasil temos a Educação Sexual como um tema transversal previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996 e, durante a ascendência conservadora no governo federal, a sua omissão dos principais dispositivos legais deste período (entre 2016 a 2022). Nas escolas a Educação Sexual tem sido introduzida pelo viés biológico, higienista e advinda, principalmente, de projetos da área da Saúde. Iremos trazer neste artigo um relato de atividade formativa com estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental de uma escola da região metropolitana do Rio Grande do Sul utilizando a Caderneta de Saúde do/a Adolescente. Para tanto, realizaremos uma pesquisa qualitativa utilizando o relato de experiência, a análise documental embasadas na epistemologia feminista e nos estudos de gênero. Como resultados apontamos para a necessidade de maior aprofundamento teórico, não apenas das/os profissionais da educação, mas como de toda a sociedade, sobre a essencialidade do caráter cultural, histórico e social da Educação Sexual bem como do caráter interno da Pedagogia da Sexualidade da escola.

Palavras-chave: Educação Sexual; Gênero e Sexualidade; Formação de Professores.

Abstract: Sex education is a taboo subject in schools. It is not talked about directly, but it is extremely present in everyday school life. Officially in Brazil, Sex Education is a cross-curricular theme, as set out in the National Curriculum Parameters of 1996 and, during the conservative ascendancy in the federal government, its omission from the main legal provisions of this period (between 2016 and 2022). In schools, Sex Education has been introduced with a biological, hygienist bias, mainly stemming from health projects. In this article, we will report on a training activity with sixth-grade students at a school in the metropolitan region of Rio Grande do Sul, using the Adolescent Health Handbook. To this end, we will carry out qualitative research using experience reports and documentary analysis based on feminist epistemology and gender studies. The results point to the need for greater theoretical depth, not just for education professionals, but for society as a whole, on the essential cultural, historical and social nature of Sex Education, as well as the internal nature of the school's Sexuality Pedagogy.

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade UniLasalle. E-mail: glaucestumpf@hotmail.com

² Aluno do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade UniLasalle. E-mail: marcos.202010637@unilasalle.edu.br

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade UniLasalle. E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br

Keyword: Sex Education; Gender and Sexuality; Teacher Continuous Training.

INTRODUÇÃO

O retorno às aulas presenciais em 2021, em um município da região metropolitana da grande Porto Alegre/RS, demonstrou a ausência de um planejamento efetivo entre os atores da escola (docentes, gestão e funcionários). “A máquina” educacional prosseguiu seu caminho como se não houvésssemos parado por quase dois anos do formato presencial e estivéssemos utilizados o formato remoto⁴ (algo totalmente novo e criado para aquele estado de exceção) neste período. Em fins de maio de 2021 docentes retornam ao ambiente escolar ainda sem estudantes e, no início de junho, foi ofertado o retorno presencial para quem assim o desejasse⁵. Com pouca compreensão das medidas adotadas de prevenção da Covid-19, foi iniciado o retorno híbrido com três horas de aulas presenciais e uma hora diária para atendimento de estudantes no formato remoto. Ou seja, não houve a preocupação de instrumentalização docente para a recepção dos estudantes naquele momento de exceção disponibilizando formação continuada.

Entre os pares que possuíam afinidade, os docentes prosseguiram seu trabalho de forma conjunta, mas sempre dependentes dessa variável: do protagonismo docente, tendo em vista a ausência da preocupação institucional com a qualificação profissional. Caso não houvesse o vínculo, não haveria a troca de experiências – algo essencial para o profissional de educação. Foi nesse contexto, de retorno arbitrário a uma “normalidade” pré-pandêmica que foi recebido pela Sala de Leitura um material do Ministério da Saúde com indicação para ser utilizado com o público de estudantes do sexto ano do Ensino Fundamental devendo ser executado pela Orientação Educacional da escola. Eram pequenos livretos que deveriam ser entregues para estudantes a partir de uma formação específica com profissionais da saúde. Neste sentido, pondera-se a terceirização do discurso sobre sexualidade a outros profissionais que não os da educação.

Destaca-se que mesmo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o viés higienista é predominante, sem trabalhar a sexualidade enquanto desejo com os estudantes de todas as

⁴ “Aulas remotas” foi o termo usado para as aulas não presenciais que ocorreram nos anos de 2020 e 2021 durante a pandemia do Covid-19. As aulas eram enviadas por suportes online e, para quem precisasse, de forma impressa. Havia apenas a indicação de aulas síncronas quando era possível no contexto da turma.

⁵ As famílias que desejassem o retorno presencial deveriam assinar um termo de responsabilidade em que se comprometiam a cumprir as regras de distanciamento. Ainda havia a possibilidade de manter o ensino remoto para quem o desejasse.

etapas da educação básica como propunha os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996. Para Souza (2022, p. 22):

Para tanto, a sexualidade é constitutiva nos seres humanos, não sendo associada apenas ao aspecto biológico; a sexualidade está para além dos órgãos genitais. Sexualidade são comportamentos, desejos, fantasias, experiências vividas e não vividas das pessoas e que podem interferir no desenvolvimento e nas relações intra e interpessoais.

A partir das últimas legislações educacionais, foram construídos alguns dispositivos que amparam a Educação Sexual nas escolas. O mais importante dispositivo construído foram os Parâmetros Curriculares Nacionais publicados em 1996 e que selecionaram Temas Transversais que emergiam da sociedade da época pela urgência e pela importância na sociedade (BRASIL, 1997, p. 31). Entre eles está Orientação Sexual que deveriam ser abordados desde os anos iniciais da Educação Fundamental. Apesar do cerceamento e do retrocesso de algumas políticas públicas⁶, ainda temos os Temas Transversais para nos amparar e subsidiar no processo educacional. No texto do volume 10, ressaltamos a importância do excerto:

A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. (BRASIL, 1997, p. 121)

Pontuamos o cuidado com as fases de desenvolvimento das crianças e adolescentes bem como na compreensão da abordagem pedagógica alinhada à prática docente. Até a quarta série (hoje quinto ano) o tema transversal Orientação Sexual traz como proposta duas formas de abordagem: dentro da programação curricular e inserida na extraprogramação (a partir de curiosidades e comportamentos que surgirem no cotidiano). Este texto é bastante fundamentado e ainda permanece atual em sua grande parte. Atualmente, nos sustentamos também pela resolução nº 07 de dezembro de 2010 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de nove anos. Com um texto muito reduzido, nele encontramos a importância de temáticas como sexualidade e gênero serem inseridas nos componentes curriculares de forma transversal.

⁶ Após 2016 houve...

A partir do desenrolar do relato de atividade e do material distribuído iremos refletir sobre o formato adotado pela unidade escolar e possíveis impactos da formação para estudantes. Para tanto nos embasamos na epistemologia feminista (HARAWAY, 1995) e a partir de uma visão parcial iremos utilizar para introduzi a temática um relato de experiência e para desenvolver nossa argumentação uma análise dos documentos elaborados pelo Ministério da Saúde. Dessa forma, realizaremos uma pesquisa qualitativa, teórica e exploratória em conjunto com uma análise documental sobre o viés interseccional.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Foram dois os encontros presenciais realizados na escola, em que se manteve a divisão proposta pelos livretos⁷: um grupo de meninas e outro de meninos das turmas de sexto ano. Foram inseridos nessa formação apenas estudantes que frequentavam o ensino presencial. A Orientação Educacional absteve-se da organização da formação e solicitou que a Sala de Leitura organizasse e distribuísse o material. Não houve interação com nenhum profissional da saúde, como indicava na orientação proposta pelo Ministério da Saúde. A partir dessa nova demanda, houve uma parceria com a professora de Ciências da escola que se dispôs a realizar a intervenção.

Destaca-se que todo o desenrolar desse processo deu-se de forma sequencial dentro das demais demandas da escola, não tendo sido reservado um momento de parada para organização e de planejamento uma vez que essa ação era um movimento isolado destes profissionais e destes estudantes evidenciando aqui o silenciamento institucional. A professora foi acolhedora com as demandas e demonstrava ter um perfil empático sobre a temática. Os estudantes sentiram-se acolhidos e trouxeram uma série de relatos de suas vivências familiares. Entretanto, os diálogos emanados ficaram naquele espaço-tempo e nenhuma outra atividade foi desenvolvida a partir dos relatos, indicando abusos e violências sexuais e também a ausência de uma proposta pedagógica posterior que conectasse com as demandas emergidas nas falas dos estudantes. Ao final, os estudantes que participaram levaram um exemplar do livreto consigo.

ANÁLISE DOCUMENTAL

⁷ A “Caderneta de Saúde do Adolescente” foi construída e distribuída em 2014 pela primeira vez e está na sua terceira edição. Foi distribuída pelo Ministério da Saúde. Iremos analisar o documento no desenvolvimento deste artigo.

O documento distribuído pela Secretaria Municipal da Educação no ano de 2021 para as escolas era voltado para o público adolescente divididos por gênero de acordo com a biologia de cada um: meninos e meninas. 1) Caderneta de saúde do adolescente 2) Caderneta de saúde da adolescente. Para realizar a análise destes dois documentos utilizamos como técnica a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1988). Na fase de pré-análise observamos como foi distribuído o conteúdo nas cadernetas procurando aproximações. Identificamos diferentes imagens que contemplam raças distintas, bem como pessoas com deficiência física. Entretanto, no momento em que se explora a anatomia dos corpos há a padronização utilizando sempre um corpo branco, magro e não deficiente. Ambas as cadernetas são muito similares no conteúdo, trocando as imagens de acordo com o gênero biológico, ou seja, a menina aprenderá sobre o corpo feminino e o menino sobre o corpo masculino. Não evidenciando aqui a preocupação com a sexualidade que é, em etapas da vida, partilhada entre meninas e meninos.

Na fase de exploração do material percebemos algumas aproximações e distinções que problematizam a visão biológica e higienista. Entre as páginas 10 e 11 das cadernetas temos o título “Dicas para ficar bem com a saúde” em que são elencadas 12 dicas exatamente iguais para ambas as cadernetas, porém as imagens que as ilustram são diferentes. O lazer feminino é representado por uma menina de rolos nos cabelos, ouvindo música, com muitos itens utilizados para a limpeza e embelezamento de unhas. Para o masculino há a imagem de dois meninos jogando futebol, reforçando os estereótipos de gênero biológico da cultura cisheteronormativa.

A sequência da caderneta passa a ser idêntica diferenciando apenas na figura masculina e feminina, focando no conhecer-se biológico, há um espaço para o crescimento, vacinação, dentição e, sempre que há uma ilustração para demonstrar algo (dentição correta e saudável, genitálias) é utilizado um corpo branco. Na vacinação há diferenciação, pois existem vacinas que são realizadas apenas nas meninas (HPV) bem como para gestantes (dTpa), a caderneta reforça o viés higienista e pouco ou quase nada aborda sobre sexualidade.

É tratado a puberdade a partir da alteração hormonal e as mudanças no corpo, como odores diferentes e o crescimento de diversas partes do corpo. Por essa razão, o livreto para as adolescentes descreve o corpo feminino e trata a menstruação, cólicas, uso de absorventes e ciclo menstrual. No livreto para os adolescentes há uma rápida fala sobre a poluição noturna e cita a masturbação como algo normal. A temática da sexualidade pelo viés do desejo em ambos os livretos se torna apenas um pequeno espaço, de uma forma tímida (HUNING; LUZ, 2011), seguido sobre a gravidez e métodos contraceptivos. O método masculino é representado por

imagens em ambos os livretos e o feminino não. Observa-se o enfoque dado para a higienização corporal e ressaltamos o que Huning e Luz (2011) afirmaram sobre o material e compreendem estes aspectos como indicadores de cuidado:

Esses indicadores de cuidado estão presentes em todo o material analisado (nas imagens, nos recursos gráficos, como tabelas, calendários, fórmulas para cálculos, como por exemplo, o Índice de Massa Corpórea [IMC], esquemas etc.) e se caracterizam pelo discurso prescritivo e orientador a partir do qual a Caderneta é formulada. (HUNING; LUZ, 2011, p. 6).

Para finalizar, a caderneta apresenta projeto de vida, a ideia de pensar no futuro para além da adolescência. Há um espaço de anotações e ao final telefones úteis e sites indicados em níveis governamentais.

A pré-análise das cadernetas nos indica uma estrutura biologizante com foco na higienização. Observou-se a cristalização do uso de padrão corporal branco, magro e masculino. Akotirene (2020, p. 43-44) nos ajuda a compreender o não dito destas imagens pelo viés interseccional:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidade reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas.

Não caberia apenas dizer que há corpos brancos e masculinos (quando se fala em prevenção com camisinha), como mais um processo de opressão de gênero e de sexualidade, porém esta é a base da nossa sociedade racista e patriarcal. Akotirene (2020, p. 44) nos explica que “a interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos”. Ao não expor corpos negros, corpos indígenas em locais oficiais (como a caderneta), com a intenção de padronização há a marcação de corpos e o incentivo de moldar a sexualidade enquanto constructo social ao tornarmos-os diferentes, exóticos. A caderneta foi construída pela área da saúde e deixa seus objetivos bastante evidentes: proteger os corpos de doenças e da gravidez precoce não tendo preocupação com o desejo sexual dos adolescentes.

ANÁLISE DOCUMENTAL E APROXIMAÇÕES COM O RELATO DE EXPERIÊNCIA

A partir do relato e da descrição dos documentos percebemos a construção das cadernetas bem como da organização da formação na escola como biologizante, higienista e, como pontua Huning e Luz (2011), com uma herança do modelo médico tradicional. O que isso representa e pode impactar para os estudantes? Será que traz reflexões, quando a formação teve uma única edição? Costa (2017) afirma que:

Parte integrante das relações humanas, a sexualidade é ainda considerada um tema conturbado, quase proibido, um tópico sempre polêmico, devido à multiplicidade de visões, crenças, tabus e interditos que a envolvem. Vincula-se ao erotismo, ao corpo exposto desnudo e à reprodução. Ao corpo para além do biológico, concreto, objetivo e por isto não inteligível (COSTA, 2017, p. 32).

Percebe-se que a sociedade como um todo limita-se a focar nas caracterizações biológicas e higienistas dos corpos separando-os das sensações de prazer, do imaginário e simbolismos que cada um e cada uma desenvolve bem como estipula o corpo ideal (masculino e branco). Ou seja, não se considera a sexualidade que vai muito além do ato sexual ou seja sexualidade é desejo, condicionando o desejo diferente ao imaginário pervertido e/ou errado.

O padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões antinegros e antimulheres - mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema mundo (AKOTIRENE, 2020, p. 35)

Esta caderneta torna-se, ainda mais sem a criticidade e preparação, mais um instrumento da sociedade neoliberal que impõe padrões estéticos e interfere no imaginário e no desejo das pessoas. Nesta complicada trama entre a aceitação da sexualidade infantil e da adolescência, em que o adolescente não desperta simplesmente para o universo da sexualidade e sim para a vida reprodutiva, Freud (2016, p. 82) explicava que:

[...] Os educadores se comportam - quando prestam alguma atenção à sexualidade infantil - exatamente como se compartilhassem nossos pontos de vista sobre a formação das forças defensivas morais à custa da sexualidade, e como se soubessem que a atividade sexual torna a criança ineducável, pois perseguem todas as manifestações sexuais da criança como "vícios", sem que possam fazer muito contra elas.

Ao introduzir a ideia de sexualidade infantil, Freud possibilitou a compreensão da manifestação social da mesma. Indo na esteira de Foucault (2016) bem como de Weeks e de Louro (2000) a sexualidade é vista como um fenômeno histórico e social. Ou seja, está inserida

nos grupos, na família, nas mídias, entre outros, vão, por meio da repetição, da validação e do simbólico, moldando a sexualidade de cada corpo em um espaço/tempo delimitado. Assim também Costa (2017) afirma que “Sexualidade tem um caráter dinâmico e mutável por ser experimentada e também expressa pelos pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores e relacionamentos e por isso extremamente subjetiva” (COSTA, 2017, p. 32). Entretanto,

só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular, compreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como um comportamento normal ou anormal; aceitável ou inaceitável (WEEKS, 2000, p. 29)

O excerto de Weeks (2000) nos remete ao contexto do relato trazido, em que está inserido em um ambiente pós-pandêmico, onde houve um aumento grande na violência e de abuso de crianças e de adolescentes, em que os adolescentes⁸ foram inseridos num retorno extremamente arbitrário: pouco diálogo, pouco tempo de preparo e de acolhimento para estudantes. Juntamente, temos medidas com tonalidades conservadoras, em especial, advindas do governo federal⁹, sobre usos de medidas protetivas que vão contra o que pesquisas científicas defendem e outros conflitos políticos partidários e religiosos que acentuaram a hostilidade do momento.

Dessa forma, problematizamos a ideia de sexualidade advinda da saúde, pois não podemos apenas pensar no sexo/sexualidade como prevenção de doenças e de gravidez de forma higienista. É urgente desenvolvermos no espaço escolar que a sexualidade é inerente à pessoa sendo ela desde o nascimento ao longo da vida latente no corpo humano como introduziu Freud (SOUZA,2022). Pesquisas recentes refletem o quanto o silenciamento sobre a temática estabelece pedagogias da sexualidade, como postula Stumpf e Quaresma da Silva (2022) nas marcações das roupas das docentes dos anos iniciais. Mesmo com todo o cuidado, a sexualidade é demonstrada. Weeks (2000, p. 36) afirma que:

⁸ Para saber mais sobre dados leia: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/18/com-pandemia-denuncias-de-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-mas-sao-feitas-de-forma-tardia.ghtml>. Acesso em: 15 mai 2022.

⁹ Para saber mais sobre as campanhas nacionais leia: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/viva-voce/noticia/2021/07/08/escolhi-esperar-por-que-so-campanha-de-abstinencia-sexual-nao-evita-gravidez-na-adolescencia.ghtml> Acesso em: 01 jun 2022.

Estamos sugerindo que a sexualidade é modelada na junção de duas preocupações principais: com a nossa subjetividade (quem e o que somos); com a sociedade (com a saúde, a prosperidade, o crescimento e o bem-estar da população como um todo) (WEEKS, 2000, p. 36).

O mesmo autor postula que “o sexo é visto, aqui, não apenas como uma força absolutamente avassaladora: ele também é, aparentemente, um elemento essencial na feitura corporal de uma pessoa ("constituição"), é o determinante de nossas personalidades e identidades” (WEEKS, 2000, p.27). Intelectuais da área percebem que o ato sexual e a sexualidade são complementares, mas não a mesma coisa. Ao adolescente, em que experimenta sim uma enorme mudança biológica, cabe compreender os limites sociais, morais, subjetivos, psicológicos entre outros tantos que fazem parte da nossa constituição. O que posso fazer dentro da lei? O que posso fazer dentro dos combinados sociais? São esses combinados violentos comigo? Essas reflexões são extremamente valiosas para que haja a compreensão da sexualidade dos estudantes e nos apontam a importância dos estudos de gênero para esta reflexão. Meu corpo me potencializa ou me limita dentro dos ambientes que convivo e vivencio minhas experiências educativas? Afinal não temos apenas um sexo, temos múltiplas possibilidades de viver e experienciar a sexualidade.

A abordagem dada pela escola demonstra o que os achados das pesquisadoras Quaresma da Silva, Costa, Muller (2018) apontaram: a centralização no profissional da disciplina de Ciências. Bem como Seffner (2014) afirma que há uma terceirização para estes discursos aos profissionais da saúde. O relato trazido nos indica outra problemática, há preparo dos profissionais da educação para mediar momentos e falas sobre educação sexual?

Entende-se que o tema gênero e sexualidade deve estar presente na formação de professores para atuar na educação básica, tendo o professor a oportunidade de refletir sobre suas crenças, seus valores, seus discursos, suas ideologias, seu posicionamento ante a diversidade cultural, de gênero e sexual (QUARESMA DA SILVA, COSTA, MULLER, 2018, p. 51).

As faculdades e graduações ainda estão engatinhando nessa área, disponibilizando uma disciplina ao longo dos cursos de licenciatura (quando possuem), e dentro dos dispositivos legais temos o precursor: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicado em 1997. Entretanto, atualmente, não temos uma legislação que foque nesta temática, apenas uma atualização da lei federal em que há a preocupação com a violência contra a mulher que pode ser aplicada positivamente nas escolas (lei nº 14.164 de junho de 2021). Porém, é essencial o

protagonismo do profissional para que haja uma efetiva aplicação da lei. Nesta legislação, no segundo artigo: “Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica” e destacamos dois dos objetivos: “V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas; VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher”. Os destaques possibilitam uma série de contribuições para a escola, entretanto, caso não haja uma compreensão por parte dos profissionais, uma sistematização teórica de sua prática corre-se o risco de que o profissional mantenha suas cristalizações e reproduza seus preconceitos (STEFFNER, 2020), ou seja, mantenha-se a visão de que a escola é uma extensão de sua casa.

Huning e Luz (2011) propuseram-se também a realizar uma análise das cadernetas por meio de uma análise foucaultiana e tomaram o livreto como um “dispositivo de constituição de modos” em que há uma preocupação de concentrar no material o que se espera do público. As autoras destacam que há preocupação etária no material, já que foi concebido para pessoas entre 10 a 19 anos. O que reflete “sobre as implicações que tais categorizações podem acarretar nos modos de se conceber e produzir a saúde de jovens e adolescentes, como o risco de uma vinculação à concepções únicas e hegemônicas da adolescência e da juventude” (HUNING; LUZ, 2011, p. 5). As imagens utilizadas para exemplificar o lazer, podem nos auxiliar a compreender essa visão única e reguladora da juventude: a menina lazer é o cuidado com a estética padronizada e ao menino lazer é um esporte amplamente conhecido. Os corpos usados para exemplificar questões de cuidado na caderneta possuem um formato padronizado e excluem dos corpos abjetos, deficientes entre tantos outros que existem. As autoras consideram que a caderneta acaba sendo um “manual de regras” e concluem que “apresenta, de forma imperativa, modos a partir dos quais o adolescente deve se relacionar com sua saúde” (HUNING; LUZ, 2011, p. 7 e 13). Torna-se então um dispositivo regulatório de gênero e de sexualidade, ou seja, não se fala sobre.

Legalmente temos como auxílio os PCNs que, conforme Costa (2017, p. 28):

Criados em 1996 pelo governo federal, os PCNs têm por objetivo estabelecer uma referência curricular nacional, para construir um parâmetro nacional de conteúdos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. No Brasil, essa é a primeira vez que o tema orientação sexual é oficialmente inserido no currículo escolar nacional.

As pedagogias da sexualidade estão inseridas na escola sendo silenciadas ou não. A vivência em grupo nos promove a inserção da sexualidade e o PCN de Orientação Sexual nos auxiliam a compreender como inserir desde a Educação Infantil as temáticas gênero e sexualidade conforme pontua Souza (2022). Na introdução deste item, afirma-se que:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 1997, p. 107).

Quando compreendemos o documento como datado (LE GOFF, 1996), lembramos que os PCNs possui quase três décadas e muitas questões sociais modificaram, entretanto, este excerto nos denuncia que, além de inserirmos outras pautas, estas demandas mantêm-se ainda hoje como problemáticas em nossa sociedade. Outro destaque importante é a não compreensão de grande parte da sociedade dos PCNs relegando a temática ao tabu que a insere no discurso, no moralismo e na religiosidade. Atualmente, nos Temas Transversais Contemporâneos a Educação Sexual não foi contemplada. Entretanto, o documento afirma que:

O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo portanto caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno. **Tal postura deve inclusive auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como uma vivência pessoal.** (grifos nossos) (BRASIL, 1997, p. 121).

O fator pedagógico ainda não é compreendido, e este trecho nos permite elaborar uma série de questões essenciais para inserirmos de forma responsável a temática da sexualidade, uma vez que é preciso abordarmos esta temática com o propósito das pessoas conhecerem seu corpo e principalmente perceberem diferenciar cuidado de abuso. Este material foi concebido para as antigas séries iniciais que correspondem atualmente do 2º ao 5º ano, ou seja, defende-se que já na infância essa temática esteja presente de forma consciente pelos atores da escola. O que isso implica? A sexualidade querendo ou não está na sociedade, mas torna-se imprescindível que haja a compreensão teórica para que, no ambiente escolar, possam ser

realizadas mediações refletidas quando se considerar apropriado. O pedagógico insere a temática ao coletivo, e as PCNs (no grifo acima) evidenciam que existem questões que são íntimas e assim devem permanecer (sendo incentivado procurar pessoas específicas para esses questionamentos) e outras devem ser abordadas com todos. Neste sentido, reforçamos como necessário que todos os profissionais da educação sejam qualificados em seus discursos para abordar a temática da sexualidade, uma vez que, esse tema deve circular de forma interdisciplinar nos espaços escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a “máquina” escolar continua, mesmo que com tantas vozes que querem tomar esta instituição inserindo regras, formas, materiais que elegem padrões desta forma fica evidente como apresentado neste artigo que ainda vivemos abordando a sexualidade sobre o viés higienista e biologizante sendo em grande parte o trabalho desenvolvido de forma terceirizada, ficando a escola alheia de seu objetivo que é a formação integral da pessoa (LDB, 1996). Ressalta-se a importância de formações que problematizem e tragam um aprofundamento da legislação, da teoria e da prática escolar para que os diferentes discursos possam ser sistematizados de uma forma ética, coerente e democrática.

É preciso pontuarmos que a formação inicial e as formações continuadas ainda são em grande parte precarizadas, uma vez que graduações normalmente oferecem disciplinas que tratam destas temáticas como optativas e quando os temas estão inseridos são abordados muitas vezes de forma não aprofundada pois não é o objetivo da disciplina evidenciando o silenciamento também no ensino superior.

É importante que as instituições de ensino busquem a partir da formação continuada qualificar os discursos tendo em vista que não é possível continuarmos a negar que a sexualidade esteja presente nos corpos de bebês, de crianças, de adolescentes, de adultos e de idosos conforme pontua Freud (2016).

Neste sentido, aponta-se a necessidade urgente de políticas públicas no âmbito federal, estadual, municipal e institucional para trabalharmos com as temáticas de gênero e de sexualidade conforme apresentado nesta escrita. Porém, para além de aumentar a demanda docente de trabalho e de pesquisa é imperioso garantir tempo e valorização profissional, que perpassa também por aumentos de salário, para que não haja apenas um acréscimo de trabalho promovendo um sucateamento do ensino. Lembramos que durante a pandemia houve um

momento em que o docente teve um tempo forçoso e sem qualidade o que recrudescer as desigualdades de gênero (STUMPF, SOUZA, QUARESMA DA SILVA, 2021). Este tipo de tempo não auxilia e ainda impõe severas cargas emocionais incentivando a busca por medicamentos (BURIN, 2000).

Em suma, para termos uma educação de qualidade precisamos garantir que seja democrática, antirracista, inclusiva bem como que haja investimentos em relação a estrutura e a garantia de recursos humanos suficientes e com capacitação mínima para que em momentos como o trazido, no relato de experiência, possamos, mesmo na dinâmica apressada de uma escola, ter projetos melhor desenvolvidos e que sejam verdadeiramente reflexos da realidade dos estudantes.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 27 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BURIN, Mabel. *Gênero y salud mental: construcción de la subjetividad femenina y masculina*. **Instituto de Altos Estudios en Psicología y Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2010. Disponível em: http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/bitstream/handle/123456789/1529/Burin_2010_Preprint.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 maio 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber (vol.1)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, Rita; MEDEIROS, Luciene. Epistemologia Feminista e Direitos Humanos: Considerações metodológicas. **Revista Serviço Social em Debate**, v. 4, n. 1, 2021, p. 86-104. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate> Acesso em: 18 abr 2022.

FREUD, Sigmund. 1856-1939. Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria [“ O CASO DORA”] e outros textos, (1901-1905), Sigmund Freud, tradução Paulo César de Souza. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu** (5), 1995. P 07-41. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>> Acesso em: 09 mai. 2022.

LOURO, Guacira. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> Acesso em: 26 jan. 2022.

QUARESMA DA SILVA, Denise Regina; COSTA, Zuleika Leonora Schimdt; MULLER, Márcia Beatriz Cerutti. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação. **Educação**. Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 49-58, jan.abr, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.1.29812> Acesso em: 26 jan. 2022.

HUNING, Simone Maria; LUZ, Valeska C. M. Uma caderneta que produz ‘saúde’ e ‘adolescentes’. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, 63 (3): 2-15, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000400002 Acesso em 01 jun. 2022.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i28.1095> Acesso em 01 jun. 2022.

SEFFNER, Fernando. **Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar?** Teoria e Prática da Educação, v. 17, n. 2, p. 67-81, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/download/27750/14600/0> Acesso em: 01 jun. 2023.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós Graduação em Educação UniLaSalle. Canoas, 2022.

STUMPF, Glauce; QUARESMA DA SILVA, Denise Regina. Com que roupa eu vou? A pedagogia da sexualidade na marcação das roupas das professoras de anos iniciais. In: Denise Regina Quaresma da Silva; Gabriel Eidelwein Silveira. (Org.). **Discursos sobre gênero: intersecções com educação e direitos humanos**. 1ed.Canoas: UniLasalle, 2022, v. , p. 1-113.

STUMPF, Glauce; SOUZA, Sônia ; QUARESMA DA SILVA, Denise Regina. Recrudescimento das desigualdades de gênero em relação ao trabalho remoto docente na pandemia. **REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO (SÃO CARLOS)**, v. 16, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5647> Acesso em: 01 jun. 2023.

BORTOLOZZI, A. C.; RIBEIRO, P. R. M. (et al) (org.). **Questões sobre sexualidade e educação sexual: novos paradigmas e horizontes**. Ed. Bauru: Gradus Editora, 2021.

ZULEIKA, Leonora Schmidt Costa. Educação e Orientação Sexual na Educação Básica: Gênero e Sexualidade na produção acadêmico-científica brasileira no período de 2006 a 2015., v., p. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE. Canoas, 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes (org.). O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-82.